Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas
em São Tomé e Príncipe**

ORGANIZADORES

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

Ficha Técnica

Título: Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

Organizadores: Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

Colaboração: Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

Autores: Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunciato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

Revisão: Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Financiamento e Apoios: FCT, CPLP, Delta

Organização do Seminário: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

Outros Apoios no âmbito do Seminário: FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

Local: Lisboa

Ano: 2009

1-ª Edição (Janeiro 2009)

Tiragem: 400 exemplares

Capa e Maquetização: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Edição: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa
e-mail: gerpress@sapo.pt

Depósito Legal: 287.969/09

ISBN: 978-989-96094-0-2

O Ecoturismo e a Educação de Turistas como estratégias de Desenvolvimento Sustentável em Ilhas

Pedro Morais¹ (Escola Superior Agrária de Coimbra) e Miguel Silveira² (Sinergieae, Lda.)

Introdução

Esta comunicação surge no início de um trabalho de investigação na área da avaliação da componente educativa em contextos de ecoturismo e, por outro lado, conjuga-se com o interesse na expansão de uma actividade empresarial de ecoturismo da Sinergieae com elevada componente educativa, nomeadamente uma expansão para contextos de forte insularidade. Desta forma, pretende-se mostrar aqui o resultado de uma interligação entre uma visão académica e de formação técnica em ecoturismo com a experiência que o mundo empresarial proporciona, de forma a que se possam apontar orientações de trabalho que permitam explorar com eficácia este campo bastante inovador na actividade turística em geral e fundamental para uma nova forma de olhar e implementar a actividade turística.

I. Insularidade: fazer das fraquezas, forças

Comparativamente a outros contextos, as ilhas possuem especificidades que tornam estes locais mais difíceis de atingir, na maior parte das actividades humanas, um elevado nível de sustentabilidade, nomeadamente no que se refere à sustentabilidade ambiental. A juntar ao isolamento geográfico, temos quase sempre:

- a) ecossistemas de elevada sensibilidade e fragilidade (Gortázar & Marín, 1999);
- b) grande escassez dos recursos naturais normalmente abundantes noutros contextos;
- c) escassez de fontes de energia e de água potável;
- d) desenvolvimento social e educativo de grande fragilidade. A aliar a estes aspectos as ilhas são, em geral, destinos turísticos que fascinam cada vez maior número de pessoas que procuram um exotismo que se baseia nas particularidades físicas, climáticas, biológicas e mesmo culturais.

¹ Docente da Licenciatura em Ecoturismo da ESAC desde o seu início em 2000. Doutorando em Educação Ambiental na Universidade Autónoma de Madrid.

² Responsável da área de Ecoturismo da Sinergieae, Lda. Mestrado em Gestão de Recursos Naturais na Universidade de Edimburgo, U.K..

No entanto, esta procura turística quando associada a uma fraca capacidade de gestão sustentável dos recursos disponíveis, pode proporcionar condições para um desenvolvimento turístico desregrado, que independentemente de algumas contrapartidas deixadas no local, contribui em muitos casos para um acentuado desequilíbrio ambiental e social. Nas ilhas são frequentes os problemas relacionados com o uso dos recursos naturais como a água ou a energia, escassez de condições para um sistema produtivo que permita a disponibilidade de bens que consideramos essenciais na actual civilização ocidental, a preservação da biodiversidade, os desequilíbrios sociais, a carência de iniciativas locais e um desenvolvimento económico assimétrico e muitas vezes pouco enraizado na sociedade local.

No entanto, as ilhas são também consideradas fontes de recursos turísticos. E não temos apenas importantes reservas de biodiversidade a nível planetário (Gortázar & Marín, 1999), mas também, é até principalmente, temos um particular potencial de valores socioculturais que possuem um valor incalculável para a humanidade e para a actividade turística. As formas que as populações locais têm de “fazer” e principalmente de “ser” são grandes recursos turísticos a utilizar na exploração turística em ilhas. No entanto, a sua gestão implica a adopção de uma forma diferente de ver a actividade turística, em que a utilização destes recursos implica um trabalho simultâneo de protecção e preservação. A dimensão reduzida dos territórios com os problemas referidos, o seu isolamento geográfico e também político, e a escassez de políticas integradas de desenvolvimento baseadas no potencial endógeno, proporcionam o agravamento e a visibilidade de problemas que no mundo ocidental ainda são difíceis de constatar pela população em geral. Os exemplos da gestão de resíduos sólidos, das emissões de gases de combustão e de efluentes contaminantes do meio ambiente, das doenças e saúde ambiental, da conservação da paisagem e da construção de edifícios e infra-estruturas, mostram-nos alguns temas que devem merecer a máxima atenção por parte das autoridades e dos agentes que operam na actividade turística em ilhas.

Até uma actividade normalmente tão tradicional quanto a antiguidade da ocupação humana de uma ilha, que é a pesca, implica um vasto conjunto de impactes ambientais que cada vez mais se constata que lhe estão associadas. Os apelos mundiais de associações de protecção do ambiente para a supressão das pescas ou os avisos dos graves desequilíbrios da vida no mar provocados por esta actividade mostram-nos também que temos que traçar novos rumos, mesmo em contextos e para actividades que pensamos serem sustentáveis.

No entanto, podemos também olhar para as ilhas como locais de grande potencialidades onde novos caminhos podem ser testados e traçados, onde bons resultados de experiências podem ser exportados para uma aplicação mais global. A resolução de problemas que são muito mais visíveis em ilhas, mas que numa visão mais holística são claramente

os mesmos grandes problemas com que o mundo actual se depara. As ilhas, e sem diferenciar a sua dimensão ou o seu isolamento, são sempre elementos de estudo com uma grande relevância para a sustentabilidade de outros territórios e maior dimensão onde os problemas estão menos concentrados e, por conseguinte, as soluções parecem ser menos urgentes de serem alcançadas.

Problemas simultâneos de mau usos de recursos e de gestão de resíduos são muitas vezes provocados por uma desadequada filosofia de vida que em muito caracteriza o mundo ocidental. Assim, não deveremos desprezar o que passa em contextos socioculturais muitos específicos pois de ser encontradas soluções para uma aplicação à escala global. A dimensão reduzida das ilhas poderá ainda facilitar uma adopção generalizada de medidas de forte sustentabilidade, dando elementos fundamentais para a sua transferência para outros contextos.

2. O turismo e o turismo em Ilhas

O Turismo que por conceito é uma actividade de unificação e pacificadora das populações, acarreta também em muitos casos diversos problemas quando o seu planeamento e a sua gestão não se realizam de forma adequada ao seu contexto de implementação. O turismo nas suas formas mais tradicionais, embebido em princípios de actuação que ao longo de mais de um século de desenvolvimento não se conseguiram ultrapassar. Os princípios baseados na desigualdade de classes, na discriminação de culturas, na divisão clara entre quem serve e quem é servido. Devemos reflectir e sobre a realidade e a actualidade destes modelos mais tradicionais de turismo, que pressionam para práticas de trabalho, estratégias de comunicação e para a instalação de infra-estruturas muitas vezes desadequadas às necessidades locais e/ou interferindo na estrutura social de um determinado contexto. A cultura local e as potencialidades paisagísticas, climáticas e socioculturais, são muitas vezes preteridas por uma padronização turística universal que, não deixando aproveitar adequadamente os recursos locais, fornece aos turistas um serviço desintegrado da realidade e por vezes não respeitando as verdadeiras necessidades dos turistas em conhecer e assimilar elementos do contexto visitado.

Este modelo de turismo tradicional nem gera as receitas necessárias para que se possam preservar todas as características ambientais e sociais que proporcionam esta mesma actividade turística, fornece poucos contributos para a população local, e não proporciona o máximo do valor em termos de experiência turística.

Numa visão mais tradicional do turismo fomenta-se a existência de dois níveis completamente distintos no que se refere às condições de vida das pessoas envolvidas: a população local que em geral tem condições de vida desadequadas ao seu papel, e por outro

lado os turistas que têm acesso a condições extraordinárias e com demasiado grau de artificialidade, que lhes são proporcionadas em troca de receitas financeiras que podem não ser aplicadas da melhor forma. Este fosso provoca também problemas de cariz social, desentendimentos, incompreensão, entre a população local que deve ter uma função de grande importância em diversas vertentes da actividade turística e os turistas que muitas vezes não compreendem a falta de atenção que recebem por parte da população visitada.

No contexto das ilhas a actividade turista, que por vezes assume uma grande importância face a outras fontes de receitas, deve ser alvo de uma análise mais profunda e que englobe todas as componentes que participam nesta actividade. E a sua reduzida dimensão aproxima efectivamente as diferentes componentes desta actividade. Assim, interessa-nos analisar a sustentabilidade de elementos como os transportes ou as actividades de animação com a mesma atenção que outras componentes habitualmente mais focadas e mais valorizadas. De facto, o turismo não se pode cingir ou fundamentar na hotelaria, mas tomar com o mesmo peso componentes mais directamente relacionadas com o turista como sejam a alimentação ou os transportes, como outras mais escondidas como os cuidados de saúde, a produção de alimentos, ou a organização do funcionamento do sector turístico a nível local. Esta visão mais integradora é essencial para a uma resolução dos problemas ligados à actividade turística que deverá envolver todos os agentes, ou dito de outra forma, todas as componentes do sistema turístico, incluído os elementos da oferta, os recursos locais, os agentes que permitem a existência da actividade turística, mas também a procura, ou seja os próprios turistas.

A aplicação de praticas mais sustentáveis de desenvolver a actividade turística em ilhas deverá ser uma prioridade a todos os níveis de actuação. As boas praticas em termos de turismo sustentável em ilhas pode proporcionar uma forte atracão de uma elite de turistas com grande avidez por contextos onde praticas inovadores e efectivas de sustentabilidade são aliadas a experiências turística de elevado valor.

3. As respostas do ecoturismo para ilhas

De entre as diversas formas ou modalidades de turismo que tendem a respeitar a implementação de praticas de elevado grau de sustentabilidade, o ecoturismo é aquela que possui uma maior preocupação pela integração de componentes, e que implica uma maior interligação e proveito para a população local. É no entanto necessário esclarecer as dimensões e a profundidade do conceito de ecoturismo e separa-lo de outras modalidades de turismo que frequentemente podem ser confundidas com ecoturismo.

Em termos de profundidade Acott, Trobe & Howard (1998) aplicam o conceito de ecoturismo profundo e de ecoturismo superficial para distinguir duas formas muito dife-

rentes de operacionalizar esta modalidade, e fazem mesmo uma analogia com o conceito de *deep ecology*. Dizem mesmo que o ecoturismo pode ser mesmo uma forma enganadora de se atrair grande número de turistas para um local.

No que se refere aos inúmeros conceitos com bastante proximidade como sejam o de turismo de natureza, turismo rural, turismo cultural, turismo científico, interessa separar o objecto fundamental ou propósito da actividade, o seu contexto de implementação e a sua filosofia de actuação. Talvez mais que escolher o conceito certo, que pode ser feito por diferentes perspectivas, é escolher a filosofia certa e a forma de se implementar a actividade turística com elevada sustentabilidade.

A utilização do ambiente natural por parte de muitas destas novas modalidades de turismo, está relacionada com fortes necessidades dos turistas em contactar com a natureza e obter uma aprendizagem junto das fontes do conhecimento e em ambientes agradáveis, livres, e informais, onde existe um elevado nível de predisposição para captar e assimilar novos elementos dos locais visitados. Wang (2000) refere a utilização da natureza como forma de se proporcionar uma aprendizagem dos valores de autenticidade da vida.

Mas de entre as muitas definições de Ecoturismo, qual a mais adequada a uma implementação no terreno de uma actividade com elevado nível e sustentabilidade, que beneficie efectivamente as populações locais e que permita uma elevada satisfação dos visitantes? A maior parte das definições ou é redutora na sua abrangência, ou pode ser até ser interpretada de uma forma oposta ao desejado. Fennell (1999), de forma a melhor entender a filosofia de acção do ecoturismo, decompõem o conceito em princípios: Base na Natureza e em áreas protegidas; Contributo para a conservação; Produção de benefícios de longo prazo e para a população local; Elevada componente educativa e de interpretação; Baixo impacto e pouco consumidora de recursos; Ética e responsabilidade; Gestão; Sustentabilidade; Pequena escala. Temos então um complexo enquadramento de princípios que interessa integrar em qualquer definição que se venha a utilizar.

O ecoturismo embora um conceito com mais de 20 anos, ainda é frequentemente utilizado apenas como um chavão, numa acepção muito superficial, sendo então mais relacionado com elementos específicos que com uma estratégia global para a sua implementação (Diamantis, 1999). Raras vezes temos também uma acção desta vertente turística a proporcionar um elevado nível de sustentabilidade em todo este sistema, nas vertentes ambiental, económica e social.

O Ecoturismo é uma forma complexa e multifacetada de se proporcionar experiências turísticas de elevada qualidade com reduzidos impactes negativos em termos ambientais e sociais. Neste sentido é necessário que as comunidades receptoras possuam uma cultura de respeito pelo seu ambiente, quer para irem ao encontro das necessidades dos visitan-

tes, quer para lhes propiciarem em uma mudança nas suas perspectivas “forasteiras” face aos contextos visitados. Esta modalidade de turismo que permite atingir uma sustentabilidade mais profunda e adequada ao contexto particular das ilhas, por forma a que se proporcionem experiências turísticas de elevado valor, quer para os visitantes, quer para a população hospedeira, utilizando e simultaneamente preservando os recursos naturais e culturais para que este ciclo se possa prolongar tanto quanto possível.

A emergência do ecoturismo e de outras novas modalidades de turismo como o turismo de natureza e o ecoturismo, desponta a necessidade de se encararem novos horizontes para a componente educação, aproveitando o ambiente da experiência turística e as características particulares destes novos turistas. Constatam-se assim, novas necessidades dos turistas, uma maior procura na aquisição de conhecimentos e, como meta geral da actividade, esperam-se nos turistas e nos agentes turísticos posturas de maior responsabilidade ambiental e social (Morais, 2003).

É uma característica do Ecoturismo proporcionar uma nova experiência turística, baseada na busca de valores naturais e culturais, na autenticidade e originalidade, numa maior exigência de contactos com elementos e experiências novas, e na existência de actividades com elevada responsabilidade ambiental e maior sustentabilidade global da actividade que se usufrui (Morais, 2003). Para tal são explorados recursos muitas vezes ignorados pela maioria das pessoas, tais como a biodiversidade, a diversidade social e cultural; os locais históricos e arqueológicos, os geomonumentos e outros monumentos naturais, as áreas protegidas, a observação de espécies animais e vegetais raras, e o contacto com ecossistemas naturais em elevado nível de equilíbrio. Todos estes recursos constituem um importante potencial que frequentemente existe em ilhas e que interessa utilizar da forma mais sustentável possível de forma a ser utilizado para atrair melhores segmentos turísticos.

4. Importância da componente educativa do ecoturismo

A integração de uma componente educativa na experiência turística é uma perspectiva bastante nova e que choca com actuais formas de desenvolver a actividade turística mais enraizadas no sector e contrariando alguns princípios tradicionais da actividade turística. No entanto será de referir que o conceito de turismo nasce das viagens realizadas por estudantes finalistas ingleses, onde a componente educativa tinha um papel fundamental. No entanto, o carácter elitista do turismo ao longo do séc. XX, faz perder este elemento, nomeadamente através da massificação da actividade que se transforma numa cadeia industrial que visa uma tarefa básica de servilismo de um turista que viaja, aparentemente sem nenhum interesse em desfrutar das potencialidades do local visitado. Por outro lado, a visão “industrial” do turismo, tende a simplificar a actividade enquanto

somatório de componentes, ficando de parte e esquecidas duas outras perspectivas educativas igualmente importantes, a formação da população local, que deve ser considerada cada vez mais um agente turístico, e o papel educativo dos restantes agentes que tem uma acção directa ou indirecta no desenvolvimento da actividade turística.

É com o avanço das experiências de Ecoturismo e de outras formas de “turismo alternativo” que se começa a dar maior atenção para uma orientação para a formação de turistas. De facto, tal baseia-se nos mesmos princípios que todos nós entendemos como fundamentais para outros contextos, mas na realidade choca-nos por vezes a sua aplicação à actividade turística. De facto, não é possível dissociar o facto de viajar com uma inerente exposição a diversos tipos de aprendizagem, como sejam uma nova cultura, língua, ambiente e todo um contexto que exige uma adaptação e novas formas de estar (Morais, 2003).

Trata-se de encontrar novas formas de vermos a filosofia turística, linhas de orientação mais adaptadas à situação que vivemos e à perspectiva de evolução futura do turismo: transportes cada vez mais dispendiosos, estadias mais longas, experiências mais ricas e mais proveitosas quer para os turistas quer para aos locais onde este se desenvolve. Estamos perante um contexto em que se pode prever o retorno a uma maior procura pelas componentes educação, cultura e ciência, de modo complementar a outras motivações para o turismo (Morais, 2003).

O Ecoturismo, ao proporcionar diversos e profundos elementos de aprendizagem, dá particular atenção ao uso da componente educativa. Trata-se de contribuir eficazmente para uma mudança de saberes e de comportamentos, quer vocacionada para a população local e para todos os agentes turísticos, quer particularmente dirigida para os turistas. Interessa notar que do somatório dos comportamentos e preferências de todo os turistas advém um significativo resultado na sustentabilidade atingida numa ilha, quer directamente na actividade da “indústria turística” quer num vasto conjunto de outras actividades que lhe estão indirectamente ligadas. Neste campo, a aplicação de estratégias de educação ambiental assume especial relevo não apenas como essência de muitas das acções turísticas, mas principalmente como um instrumento que deverá condicionar os impactes das actividades humanas das comunidades hospedeiras face aos objectivos do Ecoturismo.

O turista pode aprender aspectos muito relevantes sobre o contexto físico que visita, mas também conceitos que poderão tornar a sua experiência turística e também a sua vida no dia a dia muito diferente. A utilização de comércio justo ou a capacidade e aprendizagem para a aquisição de produtos mais sustentáveis, numa linha denominada de consumo responsável, necessita de um processo de aprendizagem num contexto em que tal possa ser constatado com proximidade, podendo ser dado a conhecer ao turista o que é na sua

plenitude um produto, o seu ciclo de vida, o significado do preço, ou como é realizada a distribuição financeira dos proveitos que resultam da sua aquisição.

A componente educativa pode ainda ter desde aplicações ligeiras como sejam alguns casos incorporação de interpretação do património, a uma proporção muito significativa de uma visita a um determinado local. Embora interpretação e educação não sejam o mesmo conceito, aceita-se que a educação é parte do processo de interpretação (Lück, 2003). No caso de produtos turísticos cujo principal motivo de uma visita se baseia em formas de educação, autores como Ritchie (2003), Gibson (1998), Holdnak & Holland (1996) e Kalinowski & Weiler (1992) se referem como sendo Eduturismo ou Turismo Educativo.

De facto, para se atingir uma actividade turística de elevada sustentabilidade, a educação de turistas deixa de ser algo desapropriado tal como tem sido visto até aos nossos dias, para passar a ser uma actuação cada vez mais indispensável no futuro. Interessa para o contexto turístico da ilhas não apenas oferecer produtos turísticos educativos como forma de promoção turística, mas também dessa forma seleccionar os turistas de forma a que se possa ter o mínimo número de turistas, que causem a menor quantidade de impactes negativos e que proporcionem o máximo de benefícios para um determinado local turístico.

5. Ideias para aplicação

Quando falamos de ecoturismo, e da importância de uma forte componente educativa nas actividades turísticas, estamos a tentar envolver uma estratégia vasta e com fortes necessidades de uma actuação estruturada capaz de passar da teoria à prática.

Podemos talvez sintetizar o caminho a percorrer neste campo em quatro linhas principais:

- a) Trabalhar no campo do planeamento ecoturístico, com uma visão mais integradora e conducente com os mais importantes problemas actuais e futuros que preocupam a nossa sociedade e que devem ser incorporados no desenvolvimento turístico;
 - b) Produzir investigação no campo da educação e comunicação relacionada com o turismo, nomeadamente com as novas modalidades e com as formas mais sustentáveis de desenvolver esta actividade;
 - c) Juntar uma forte componente educativa, dirigida que para turistas, quer para a população local e agentes, à implementação de medidas de sustentabilidade que cada vez mais têm origem na oferta turística;
 - d) Operacionalizar no terreno novos resultados teóricos, através actividades que possam dar resposta quer aos problemas relacionados com os principais impactes do turismo, quer às novas necessidades dos turistas nomeadamente dos mais exigentes.
- O planeamento é a forma mais eficaz de se implementar estratégias que estejam re-

lacionadas com novas filosofias. Devem ser conseguidos modelos de desenvolvimentos que permitam o desenvolvimento actual das populações, mas que também assegurem vantagens de longo prazo para as gerações vindouras. Exemplos de sistemas de gestão ambiental, certificações e selos de qualidade, códigos de boas práticas e estudos de capacidade de carga, são exemplos de linhas estratégicas que podem e devem ser integradas em estratégias de planeamento.

Esta é também uma área de trabalho que claramente necessita do desenvolvimento de uma investigação mais abrangente e que proporcione resultados que facilmente sejam utilizáveis pelos agentes turísticos. De facto pouca investigação tem sido produzida no campo da componente educativa no turismo e contrariamente a outros campos de trabalho da actividade turística torna este tema pouco discutido, não lhe dando o relevo adequado face às necessidades actuais do turismo.

As actividades de ecoturismo com forte componente educativa têm vindo a mostrar no terreno uma clara receptividade de alguns grupos de turistas. Estes grupos são actualmente pessoas de elevada e média sensibilidade ambiental, que estão predispostos para este tipo de actividades, e que aderem normalmente a formas mais sustentáveis de turismo. No entanto, muitas questões se colocam quando pretendemos expandir este elemento de uma forma mais global. Estará uma expansão da componente educativa apenas dependente da promoção deste tipo de actividades ou existem condicionalismos e circunstâncias relativas ao turista ou ao local turístico que impeçam ou favoreçam este tipo de actividades?

Para se chegar a conclusões válidas necessitamos de projectos com novas filosofias e capazes de efectivamente atingirem níveis de sustentabilidade mais profundos, e não apenas de novas estratégias promocionais do tipo “cosmético”. Só assim se conseguirá vulgarizar este tipo de actividades, atrair uma parte significativa da população e com esses resultados poder captar no exterior turistas mais adequados para contextos sensíveis ou seja, turistas que possam aproveitar os recursos disponibilizados e em que o resultado entre o que de negativo e de positivo provocam seja consideravelmente favorável para esse local.

Deverá ser também motivo de preocupação, a formação técnica para a maioria das actividades a realizar nestes tipos de turismo, quer a nível das inúmeras actividades de animação e interpretação, quer a nível do planeamento e da execução de tarefas nos mais variados contextos de modo a responder à necessidade de informar e formar os turistas para as especificidades dos locais e dos contextos que estes visitam. (Morais, 2003)

Conclusão

O desenvolvimento turístico em ilhas orientado por uma linha de aumento da sustentabilidade global e de desenvolvimento integrado, deverá seguir um modelo estratégico

em que o Ecoturismo assume um papel fundamental. Neste sentido a interligação entre o ecoturismo e o desenvolvimento de uma forte componente educativa na actividade turística, voltada para o turista e também para a população local e para os agentes turísticos, parece ser um caminho que mais cedo ou mais tarde deverá ser seguido. De facto, faltam estratégias capazes de promover um aprofundamento do conhecimento geral das populações e em particular dos agentes turísticos, para os quais, a utilização de um modelo tradicional de turismo, não se coaduna com procedimentos característicos de uma visão mais profunda de sustentabilidade.

Para tal desenvolvimento, existem actualmente muitas lacunas. Entre elas a falta de um conhecimento sobre a incorporação da componente educativa nos produtos turísticos, que exige um maior trabalho de investigação neste campo. A necessidade de implementar formas de certificação, porque mesmo em situações de práticas turísticas ditas mais sustentáveis é frequente vermos fortes tendências para a predominância das filosofias do turismo tradicional. A “cosmética” da sustentabilidade no ecoturismo é, de facto, mais frequente que a sustentabilidade efectiva.

Bibliografia

- ACOTT, T.G.; TROBE, H.L.; HOWARD, S.H. (1998). “Na Evaluation of deep and Shallow ecotourism”, *Journal of Sustainable Tourism*, V. 6, I 3: 238 – 253.
- DIAMANTIS, D. (1999). “The concept of Ecotourism: Evolution and Trends, Current Issues” in *Tourism*, V. 2, I 2,3: 93-122.
- FENNELL, David (1999). *Ecotourism: An Introduction*. Routledge, London.
- GIBSON, H. (1998). “The educational tourist”, *Journal of Physical Education, Recreation and Dance*, Vol 69 I 4: 32-34.
- GORTÁZAR, Luís; MARÍN, Cipriano, (1999). *Tourism and Sustainable Tourism – from theory to practice, the island experience*, Gobierno de Canarias and INSULA, Las Palmas.
- HOLDNAK, A. & HOLLAND, S. (1996). “Edutourism: Vacationing to learn”, *Parks and Recreation*, Vol 3 I 9: 72-75.
- KALINOWSKI, K. & WEILER, B. (1992). “Educational travel”, in C.Hall & B. Weiler (Edit.), *Special Interest Tourism*, Belhaven, Londres.
- LÜCK; Michael (2003). “Education on marine mammal tours as agent for conservation—but do tourists want to be educated?”, *Ocean & Coastal Management*; Vol 46, I 9-10: 943-956.
- MORAIS, Pedro (2003). *Educação e Turismo: Um horizonte múltiplo*, in 3^{as} Jornadas Ibéricas de Turismo – CD-ROM, ESEC, Coimbra, ISBN 972 950722-8.
- RITCHIE, B. (2003). *Managing Educational Tourism*, Chanel View Publications, Clevedon, UK.
- WANG, N. (2000). *Tourism and Modernity – A Sociological Analysis*, Pergamon, Oxford.